

ATA 07

Enviado por Visitante em Seg, 25/07/2011 - 16:50

Ata 07/2010 - Aos vinte e quatro dias de maio de dois mil e dez, na sala de reuniões da Central de Conselhos, sito a Rua Sete de Setembro, mil cento e trinta e quatro, Centro, reuniram-se para reunião extraordinária, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) que seguem nomeados: Rejane Linck Neumann, RG 102160102-4, CPF 389607020-72, Rua Allan Kardec, 32, Jardim Paraná; Adiles Donadel, RG 1.189.570, CPF 881.195.139-91, Rua General Rondon 1735; Roseli Terezinha Gass, RG 30478678-0, CPF 627.534.449-00, Rua Bonfim 1621, Centro; Lucimar Recalcatti Vieira, RG 2.140.346, CPF 49885243968, Rua Bonfim 1621, Centro; Luiza Menin, RG 937519, CPF 175.768.229.53; Ivone Laguna Abreu, RG 42782238, CPF 52531902953; Lineu Wutzke, RG 307.165-74, CPF 681.493.799-91, Rua Pinto Bandeira, 921 Jardim Pancera; Renate N. Schewe Cardoso, RG 53528937, CPF 899.703.229.15; Márcia Fath, RG 34848661, CPF 01508001936; Daniel Gonçalves Leandro, RG 61082140, CPF 02206800971; Silvania Furtado Ramos Dartora, RG 6.595.186.0, CPF 007071959-42; Roseli Fabris Dalla Costa, RG 38588133, CPF 627.600.339.53; Marília Borges, RG 40900178-91, CPF 009376850-89, Rua Gustavo Barroso, 1326, Panorama; Maria de Lourdes da Silveira, RG 1.112.380, CPF 553.772.709.91; Marlize Neske Pott, RG 4014603-2, CPF 589334509-63, Rua Gisele Merlin Leduc, 1286, Jardim Gisele; Simone Beatriz Ferrari, RG 42596400, CPF 717521379-49, Rua Formosa, 2336, Jardim La Salle, Mareli Ana Vanzo Donin, RG 2.178.134.7, CPF 555.430.909.78; Ires Damian Scuzziatto, Rua São João, 1897, Centro, RG 2252.992-7, CPF 368.620.109-72; Inês Terezinha Pastório, RG 5.692.301.2, CPF 644.070.559.87 e João Batista Coelho de Souza Furlan, RG 33538839, CPF 02668597986. O presidente (CMDCA) Lineu iniciou os trabalhos com a apresentação da pauta: A) Apresentação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente; B) Assuntos Gerais. Lineu deu as boas vindas e solicitou apresentação da Assistente Social Fernanda que relatou sobre os atendimentos das Secretarias Municipais, lembrando que não houve a exigência para que a Secretaria Municipal de Esportes e Cultura apresentassem as ações junto ao Controle Interno devido não ter especificado orçamento para a área. Conforme o Relatório de Gestão foram atendidas 1913 (um mil, novecentos e treze) crianças e adolescentes na área de Proteção Social Básica, 685 (seiscentos e oitenta e cinco) na área de proteção social especial e 171 (cento e setenta e um) no Conselho Tutelar, o que totalizam 2737 (dois mil, setecentos e trinta e sete) atendimentos à crianças e adolescentes na Secretaria Municipal de Assistência Social. Na secretaria municipal de educação foram atendidas 1525 (um mil, quinhentos e vinte e cinco) crianças e adolescentes nos Centros Municipais de Educação Infantil e 10512 (dez mil, quinhentos e doze) nas escolas municipais, o que totalizam 12037 (doze mil e trinta e sete) atendimentos à crianças e adolescentes. Na secretaria municipal de saúde foram realizados no total 35611 (trinta e cinco mil, seiscentos e onze) atendimentos à crianças e adolescentes. Na secretaria municipal de cultura foram realizados 605 (seiscentos e cinco) atendimentos através dos programas e projetos da secretaria e na secretaria municipal de esportes foram realizados 3303 (três mil, trezentos e três) atendimentos. A conselheira Simone levantou o questionamento sobre a importância de quantificar o número de procedimentos, não número de atendidos pois assim irá refletir a realidade. Fernanda relatou que será elaborado instrumental para que as Secretarias e entidades não-governamentais possam encaminhar os dados bimestralmente para a Secretaria Municipal de Assistência Social via protocolo para arquivar, com registro formal até o quinto dia após finalizar o bimestre e será encaminhado Relatório na íntegra por e-mail. O conselheiro Rodrigo sugeriu que seja solicitado à Secretaria Municipal de Saúde que quantifique os atendimentos dentro dos procedimentos, quantas crianças e adolescentes são atendidas para que se possa a longo prazo discutir e identificar a realidade. Os conselheiros apoiaram a proposta e o encaminhamento dado foi que seja elaborado ofício para a Secretaria Municipal de Saúde com vistas à essa solicitação. Fernanda questionou se haverá uma Comissão para elaboração do Relatório de Gestão, porém trata-se de um documento que deve ser elaborado pelo Departamento de Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social. A conselheira Simone afirmou que é preciso organizar os indicadores de análise, de atendimento, identificar as estruturas físicas voltadas ao atendimento das crianças e adolescentes, sugeriu para que sejam estabelecidas unidades de medida para garantir a identificação da realidade, pois tem que se tomar cuidado com a diferença que ocorre entre o número de atendimentos e número de atendidos. Para tanto, considera essencial que se estruture à longo prazo. Fernanda relatou que identifica essa possibilidade a longo prazo através do sistema informatizado que está em processo de implantação. O conselheiro Lineu questionou se houve a apresentação dos dados para as demais Secretarias, ao que a conselheira Ires relatou que estes foram apresentados aos demais secretários. A conselheira Simone justificou essa observação, porque não se pode deixar de esclarecer que o Tribunal de Contas do Estado irá verificar o número elevado de crianças e adolescentes que são atendidos e não se trata de um número real.

Milton apresentou o balancete financeiro do Controle Interno e explicou que contrato empenhado trata-se do momento em que é feita a solicitação; contrato liquidado se refere ao momento da nota fiscal e que se programa o pagamento e contrato pago trata-se do momento da liberação do pagamento. O conselheiro Tita questionou porque tantos materiais não foram pagos, qo que foram feitos esclarecimentos que paga-se após trinta dias, além de que há o parcelamento de algumas ações e, portanto os contratos ficam pendentes. Houve questionamento das conselheiras Roseli e Simone referente aos gastos com a saúde. Conforme Milton informou os recursos para atendimentos à criança e ao adolescentes estão alocados em outra função. As despesas elencadas na Secretaria Municipal de Saúde estão vinculadas ao pagamento de recursos humanos. Não há um dado concreto sobre o atendimentos à crianças e adolescentes, deve-se fazer uma estimativa percentual. O conselheiro Lineu se preocupa pelo fato do orçamento através da Lei de Diretrizes Orçamentárias que deve prever orçamento das áreas da Cultura e Esportes para o atendimento às crianças e adolescentes. Diante dessas discussões, o Relatório foi aprovado com as alterações sugeridas. Considerando que foi encaminhada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011 por e-mail para discussão nesta reunião, a conselheira Roseli solicitou que haja modificação na página sessenta e sete que apresenta a proposta de construção de um auditório para APAE, que não se constitui como necessidade para o momento. Além disso, na página sessenta e três apresenta-se a proposta de ampliação da parceria com a entidade Aldeia Infantil Bestesda, porém o conselheiro Lineu solicitou a retirada da proposta pois tratava-se de uma perspectiva de ação por parte da mantenedora que devido a crise mundial não dará subsídios para esta ação. A conselheira Rejane relatou que há vários títulos de programas que devem ser reestruturados, solicitou que seja feita uma análise sobre a utilização dos termos. A conselheira Simone que conforme análise do documento deve-se organizar a LDO conforme a Política Nacional de Assistência Social, Estatuto da Criança e Adolescente, Guia de Orientações sobre acolhimento e Tipificação Nacional dos Serviços. A conselheira Lurdinha relatou serão feitas as modificações conforme a proposta apresentada pelos conselheiros. A conselheira Rejane ressaltou que na página vinte e cinco há uma das ações “Criar escola de circo para atendimento de programas de contraturno escolar no Jardim Coopagro”, que conforme a realidade do município há a entidade Circo da Alegria que desenvolve este trabalho de forma precária devido estrutura física e de recursos humanos, o que reafirma a necessidade de que este seja fortalecido. Além disso, a entidade Dorcas do Coopagro tem uma proposta de ação neste sentido que está sendo discutida. A Diretora Patrícia da Secretaria Municipal de Educação afirmou que houveram discussões, porém essa proposta foi sugerida pelo conselho dos pais da escola. Diante disso, a conselheira Rejane sugeriu que seja estabelecida a meta de fortalecer o que existe. A conselheira Simone sugeriu que seja feito ofício solicitando o apoio para o Circo da Alegria, ampliação de vagas, além da efetivação das escolas em tempo integral que se tratam de ações de prevenção, além disso tem-se que solicitar informações sobre o atendimento e recursos previstos para o Circo da Alegria. A conselheira Adiles colocou o auditório da Casa de Maria à disposição para o desenvolvimento das ações de prevenção, sendo sugerido que seja incluído no Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Houve a proposição de inserir na LDO “Manutenção do espaço cultural Arlindo Paludo” (Casa de Maria), porém conforme a conselheira Roseli Fabris tem que verificar se não exige uma lei específica, porque não se trata de uma estrutura governamental, ao que complementou-se a sugestão que seja feita parceria com Secretaria Municipal da Cultura. O conselheiro Lineu agradeceu a Secretaria Municipal de Assistência Social por ter atendido a solicitação do Conselho e garantir o acesso à LDO e afirmou a necessidade de se apropriar das questões orçamentárias. Realizou-se então o convite para que os conselheiros participem às dezenove horas no Teatro Municipal da Audiência Pública para discutir sobre a LDO. Além disso, o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) convidou os conselheiros para a Conferência Municipal da Pessoa Idosa solicitando dois representantes como delegados, no dia vinte e sete no CERTI Coopagro. O conselheiro Lineu realizou a leitura do Ofício circular 18/2010 que convoca para a reunião do PRONASCI com a Equipe Técnica do Ministério da Justiça com o município conforme dados indesejáveis que envolvem as diversas políticas públicas do município. A conselheira Rejane informou que a Comissão Técnica se reuniu dia vinte e um de maio para discutir sobre a deliberação para inscrição e renovação de registro dos programas de atendimento à criança e ao adolescente. A proposta foi de continuar os estudos para garantir a junção das deliberações, sendo necessário amadurecimento. Encerrada a reunião às dez horas e dez minutos, eu Marília Borges, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e demais conselheiros e convidados.